



172ª ATA ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO CARAGUAPREV

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, às 09h, o Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev realizou reunião ordinária online por meio da plataforma digital Google Meet. Presentes à reunião o Presidente Anderson Franco Boytchuk do Nascimento e os membros Pedro Ivo de Sousa Tau, Adriana Zambotto Fernandes, Ivone Cardoso Vicente Alfredo e Rosemeire Maria de Jesus. Declarada aberta a reunião, o Presidente do Comitê agradeceu a presença de todos e elencou os itens da pauta sendo: 1) Prestação de Contas Abril/2025; 2) Credenciamento Fundo de Investimento; 3) Migrações fundos de Investimentos; 4) Renovação Credenciamento Itaú Unibanco Asset (Gestor); 5) Reversão parcial da Taxa de Administração para Plano Previdenciário. O Presidente do Comitê passou a palavra para a servidora Sra. Luana F. Guedes, da área de investimentos, que apresentou o primeiro item da pauta que trata da Prestação de Contas do mês de abril de 2025, que está disponibilizada no site do Instituto, sendo enviado o link para os Conselheiros no ato da convocação da reunião, também aprovadas as demonstrações financeiras, os relatórios e balanços contábeis das receitas e despesas, as conciliações bancárias, apresentada a evolução da execução do orçamento do RPPS, o relatório mensal dos investimentos e as contribuições previdenciárias, a rentabilidade, o enquadramento dos investimentos com a Política de Investimentos do CaraguaPrev e atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional. Após foi apresentado o Gráfico da evolução patrimonial e rentabilidade mensal do ano de 2025, com os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto, médio e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos e balanços contábeis disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto. Explicou ainda que no mês de abril/25 a carteira de investimentos do CaraguaPrev em renda fixa e renda variável apresentaram performances positivas no mês, já os investimentos estruturados apresentaram performances negativas. A rentabilidade geral da carteira no mês foi de 1,22%, acima da meta atuarial do mês que foi de 0,84%. O IPCA (inflação) apresentou a variação positiva de 0,43% no mês. A taxa básica de juros brasileira SELIC ficou em 14,25% ao ano. O mercado nacional se beneficiou do movimento de rotação dos investimentos dos EUA para outras economias. Assim, a curva de juros apresentou queda, consequentemente, a bolsa e o Real se valorizaram. Na parte fiscal, a ausência de sinais de consolidação estrutural continua a alimentar dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida e a efetividade da política monetária e a atividade econômica começa a dar sinais de desaceleração. Em abril, o cenário internacional seguiu marcado por incertezas ocasionadas pelos anúncios a respeito da política tarifária dos EUA e intensificação da guerra comercial. Esse ambiente gerou volatilidade nos ativos ao longo



do mês e uma perspectiva de desaceleração econômica global, com consequente redução de juros futuros. Foi apresentado o relatório com todos os investimentos do CaraguaPrev pelo sistema financeiro da LDB empresas, com a seguinte posição dos investimentos no mês: a) Títulos do Tesouro Nacional, que representam 63,95% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no ano, sendo que a estratégia de compra direta de NTN-Bs, para carregamento até o vencimento, auxilia numa “ancoragem de rentabilidade” acima da meta atuarial e contribui para uma redução da volatilidade global da carteira de investimentos do instituto, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo e risco soberano, conforme aprovação nas atas anteriores, permanece a decisão do Conselho de realocação dos recursos dos vencimentos dos títulos e dos seus cupons de juros semestrais em recompra de Títulos, desde que as taxas estejam acima da meta atuarial; b) Fundos 100% Títulos Públicos que representam 5,90% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês e ano, com manutenção da posição atual; c) Fundos Renda Fixa que representam 25,72% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês e ano, com aprovação do Conselho para alocação de recursos oriundos de contribuições previdenciárias, aplicação dos resgates de fundos de investimento de renda variável e aplicação dos cupons de juros semestrais dos Títulos Públicos Federais, sendo ainda um investimento atrativo, com pouca volatilidade e rentabilidade acima da meta atuarial; d) FIDC Cota Sênior que representa 0,15% da carteira do Instituto, apresentou rentabilidade abaixo da meta atuarial no mês, com manutenção da posição atual; e) Fundos de Ações que representam 4,16% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial do mês e do ano, diante do cenário econômico a renda variável ainda apresentará volatilidade, com aprovação de manutenção e desinvestimento gradativo, o que já está sendo feito; e f) Fundos de Investimento Estruturados representam 0,12% da carteira do Instituto e apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no ano, com manutenção ou redução da posição atual e caso o cenário exterior se mostre desfavorável. Após apresentação, a Prestação de Contas do mês de abril de 2025 passou por deliberação dos membros do Comitê, sendo aprovada por todos os presentes. O segundo item da pauta trata da abertura fundo de investimento no Banco Santander, o Comitê de Investimentos analisou e aprovou o credenciamento do Fundo de investimento SANTANDER RENDA FIXA IRF-M 1 RESP LIMITADA CNPJ: 10.979.025/0001-32, com análise do regulamento, que é um fundo enquadrado na Renda Fixa - Artigo 7º, inciso I, alínea “b”. O Fundo tem por objetivo investir em títulos públicos federais que busquem acompanhar a variação do Índice de Mercado ANBIMA IRF-M 1. Este índice representa a evolução, a preços de mercado, da carteira de títulos públicos prefixados (LTN e NTN-F) com prazos inferiores a um ano, com Administração do SANTANDER DTVM; Fundo com resgate em D+0, Taxa de administração 0,20% e Rentabilidade de



janeiro/25 a 19/05/2025 – 5,34%, mas diante da alta da taxa Selic esse fundo tende a performar acima da meta. O terceiro item da pauta trata das migrações de fundos de Investimentos, o Comitê de Investimentos avaliou e pré aprova o resgate de até 6% (seis por cento) do patrimônio total do CaraguaPrev, com recursos aplicados na Caixa Econômica Federal, Fundo de investimentos CAIXA BRASIL MATRIZ RENDA FI, CNPJ: 23.215.008/0001-70, para compra de Notas do Tesouro Nacional – NTN-B, com vencimento até 05 (cinco) anos, desde que superem a taxa indicativa ANBIMA, com taxas acima da meta atuarial. A compra de NTN-B supera a meta atuarial do CaraguaPrev que é de 5,25% e contribui para uma redução da volatilidade global da carteira de investimentos do instituto, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo e risco soberano. O Comitê de Investimentos avaliou e aprovou o resgate do valor total aplicado na Caixa Econômica Federal, Fundo de investimentos FUNDO FIC FI EM AÇÕES CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS, CNPJ: 14.507.699/0001-95, (rentabilidade dos últimos 12 meses de 6,12%), para aplicação do valor do fundo resgatado no fundo de investimento FUNDO FI CAIXA BRASIL MATRIZ RENDA FI, CNPJ: 23.215.008/0001-70 (rentabilidade dos últimos 12 meses de 11,68%), após análise ficou constatado que o fundo aprovado para aplicação possui rentabilidade acima do fundo de investimento resgatado e menor volatilidade, pois será resgatado de fundo de renda variável para aplicação em fundo de renda fixa, a alteração busca uma maior estabilidade dos investimentos do Instituto no cenário econômico atual. O Comitê de Investimentos avaliou e aprovou o resgate do valor total aplicado no Banco do Brasil, Fundo de investimentos FUNDO BB DIVIDENDOS FIC FIA, CNPJ: 05.100.191/0001-87, (rentabilidade dos últimos 12 meses de 6,59%), para aplicação do valor do fundo resgatado no fundo de investimento FI BB INSTITUCIONAL RF CNPJ: 02.296.928/0001-90 (rentabilidade dos últimos 12 meses de 11,66%), após análise ficou constatado que o fundo aprovado para aplicação possui rentabilidade acima do fundo de investimento resgatado e menor volatilidade, pois será resgatado de fundo de renda variável para aplicação em fundo de renda fixa, a alteração busca uma maior estabilidade dos investimentos do Instituto no cenário econômico atual. O quarto item da pauta trata da renovação do credenciamento da Instituição Financeira: ITAÚ UNIBANCO ASSET MANAGEMENT LTDA, CNPJ: 40.430.971/0001-96 (GESTOR), o que foi aprovado pelos membros do Comitê. O quinto item da pauta trata da reversão parcial do valor da Taxa de Administração para Plano Previdenciário. Considerando a alínea b, inciso III do art. 84 da Portaria MTP n.º 1.467, de 02 de junho de 2022, poderá ser revertido valores da Taxa de Administração que estão sendo acumulados durante os anos e enviado para o Plano Previdenciário, que resultaria em redução do déficit atuarial: *“b) mantém-se a vinculação das sobras mensais de custeio administrativo e dos rendimentos por elas auferidas, exceto se aprovada, pelo conselho deliberativo, na totalidade ou em parte, a sua reversão*



para pagamento dos benefícios do RPPS, vedada sua devolução ao ente federativo ou aos segurados do RPPS;”. Portanto, em 20/05/2025 o valor acumulado na conta de Taxa de Administração é de mais de vinte e quatro milhões, sendo um valor expressivo, assim o Comitê de Investimentos aprova a reversão do valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) da conta de Taxa de administração para a conta do Plano Previdenciário, a ser aplicado no fundo de investimento CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA, CNPJ: 03.737.206/0001-97, Caixa Econômica Federal, c/c 1000-0. Registre-se que o Certificado de Regularidade Previdenciária está vigente até o dia 05 de novembro de 2025. Nada mais havendo a tratar, encerrada a reunião pelo Presidente do Comitê às 09h30min, lavrada a competente Ata, que segue, para aprovação pelos membros do Comitê de Investimentos.